



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

O PAPEL DO GESTOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (ANEE): RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA

Cristiano Silva Barbosa

Orientadora Prof. Dra. Edileuza Fernandes da Silva

Monitora-Orientadora Prof. Mestre Rivane Neumann Simão

Brasília (DF), Julho de 2014

Cristiano Silva Barbosa

**O PAPEL DO GESTOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (ANEE): RELAÇÃO
FAMÍLIA ESCOLA**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva e da Professora monitora-orientadora Mestre Rivane Neumann Simão.

TERMO DE APROVAÇÃO

Cristiano Silva Barbosa

O PAPEL DO GESTOR NA INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (ANEE): RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Dra Edileuza Fernandes UnB/SEEDF

(Professora-orientadora)

Mestre Rivane Neumann– COEDH/SEEDF

(Monitora-orientadora)

Prof. Mestre Mauro Gleisson – COEDH/SEEDF
(Examinador externo)

Brasília, 27 de julho de 2014

A meus alunos, fonte de inspiração
para levar a vida adiante.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir, apesar de todas as minhas deficiências, receber o conhecimento para ser instrumento de inclusão a meus alunos, permitindo que eu seja um Gestor eficaz e eficiente.

À minha esposa Joelma, porto seguro e companheira em todas as horas. Principalmente nas ausências e noites de estudos.

A meus pais, exemplo e apoio para minha superação.

Às minhas orientadoras, pela paciência e incentivo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar a importância da atuação do gestor na relação família-escola, para o processo de inclusão social e educacional de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE). Surgiu a partir da constatação, ao longo de anos de atuação em Escolas de Ensino Especial, da necessidade de uma maior participação dos familiares desses alunos na sua vida escolar. Para tanto foi realizado um recorte histórico dessa relação e da legislação que ampara e estimula o estreitamento da relação entre ambos. Foi feita a coleta de dados com análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), no decorrer de três gestões, visando conhecer a forma como o gestor realizava para dirimir tal questão. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados junto à família e à escola foram um questionário fechado e uma entrevista, aplicados aos pais e professores, objetivando uma coleta mais fidedigna do trabalho. Percebe-se que essa relação é vista tanto por profissionais da educação quanto por familiares como fundamental para a melhoria da qualidade da educação, na formação e informação de pais e professores a respeito das características e necessidades de seus filhos/alunos e na elaboração de estratégias de intervenção mais adequadas. Porém é necessário um maior estímulo por parte dos gestores para que, através do conhecimento de sua comunidade, essa relação se estreite e perpetue. Ao gestor cabe esse importante papel de estimular a interação família/escola, pois ela é imprescindível para a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido, com fins de uma verdadeira inclusão educacional e social dos alunos portadores de necessidades especiais para que estes venham a ter seus direitos respeitados e tenham voz e vez na sociedade.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Interação família/escola, Papel do gestor

LISTA DE SIGLAS

ANEE: Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

CEE: Centro de Ensino Especial

DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP: Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 JUSTIFICATIVA.....	10
1.2 PROBLEMAS.....	11
1.3 OBJETIVOS.....	12
1.3.1 Objetivo geral.....	12
1.3.2 Objetivos específicos.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	38
4 RESULTADO E ANÁLISES DOS DADOS.....	40
5 CONCLUSÕES.....	44
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
7 ANEXOS.....	50
7.1 QUESTIONÁRIOS.....	51
7.1.1 Questionário para os pais.....	51
7.1.2 Questionário para os professores.....	56
7.2 ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	61

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi realizada em um Centro de Ensino Especial de uma cidade satélite de Brasília-DF. Uma escola pública criada em 1969, inicialmente para atender alunos do ensino fundamental e do ensino especial. Com a legislação voltada à obrigatoriedade de Centros para alunos com deficiência, a escola passou a atender exclusivamente Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE). O principal objetivo é o de estimular o aluno na aquisição de potencialidades que o ajudem numa maior autonomia e qualidade de vida possibilitando-os a conquista de habilidades inerentes que irão lhes proporcionar uma inclusão educacional e social.

Apesar de uma grande reforma ocorrida em 1996 e de várias pequenas intervenções estruturais promovidas pelo governo e por gestões anteriores buscando acessibilidade, a escola ainda carece de muitas adaptações para poder oferecer um atendimento mais qualitativo para seus alunos. Ela ainda encontra-se fora dos padrões delimitados pelas Normas Técnicas, principalmente pela Norma Técnica NBR 9050/2004 que é apresentada como fonte de orientação para acessibilidade na construção ou reforma de edificações. As salas não encontram-se na metragem devida e ainda comportam duas turmas, sendo bem pequenas para atender alunos com ANEE. Os banheiros não são adaptados, muito menos possuem área para fraldário, falta piso antiderrapante, barras de proteção, etc. Ainda existem muitos obstáculos estruturais como batentes no piso, dificultando a locomoção de alunos com dificuldade de marcha e cadeirantes (pessoas que utilizam cadeiras de rodas). Ou seja, faltam adaptações e isso se torna um empecilho para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade com os alunos.

A escola conta com vários níveis de atendimento para seus alunos. Possui um programa de estimulação precoce, atendimentos interdisciplinares como Educação Física (psicomotricidade e piscina), informática, educação ambiental e artes plásticas além de turmas de sala de aula onde são trabalhadas atividades de vida diária e um currículo adaptado às necessidades de cada aluno. Contabiliza atualmente um total de 315 alunos sendo, 102 alunos de seis meses até 3 anos e 11 meses, 101 alunos vindos das escolas inclusivas, que possuem atendimento

complementar especializados e os alunos do próprio Centro, os quais são 110 com idades variando entre 5 e 56 anos de idade.

Boa parte dos alunos é de classe baixa participante de programas assistenciais do governo e reside nas regiões administrativas entorno da cidade. A escola conta com 113 profissionais entre professores, servidores e direção. Tem um conselho escolar ainda pouco participativo e uma Associação de Pais e Mestres que auxilia na complementação de custos.

Justificativa

O processo educacional inicia-se em casa e tem sua continuidade acadêmica na escola. A participação da família na educação da criança é fator primordial para o sucesso e equilíbrio do indivíduo. A família é responsável pelos primeiros contatos sociais e emocionais de uma criança. Tais referenciais adquiridos no ambiente familiar são estendidos e trabalhados na escola. Sendo assim, o trabalho em conjunto certamente traria bons resultados educacionais e na plena formação de um cidadão atuante, inserido e participativo na sociedade.

No atendimento a alunos com ANEE, não é diferente. Torna-se fundamental uma maior cooperação entre escola e família. O trabalho realizado em escolas de Ensino Especial é voltado para estimulações sensoriais e adaptações ao trabalho acadêmico. As atividades de estimulação sensorial têm como objetivo o desenvolvimento dos cinco sentidos básicos – audição, tato, olfato, gustação e visão – fundamentais para o início do processo acadêmico. O currículo adaptado tem como objetivo respeitar as diferenças físicas, sociais e culturais de cada aluno bem como respeitar seu tempo de aprendizagem. Tais metodologias são fundamentais para o processo de evolução do aluno com necessidades especiais. Esse trabalho realizado deverá ter prosseguimento no âmbito familiar, com a participação dos seus integrantes no dia a dia da criança, visando melhores resultados.

A própria nomenclatura, ANEE traz de forma clara a necessidade que o aluno tem de adaptações para que ele possa estar incluso na comunidade escolar, a qual deve atender todos os alunos independente da necessidade que este tenha. Para isto, o aluno precisa de um trabalho específico e individualizado, pois, como toda

criança, esta tem um ritmo único e individual de aprendizagem. Com isso, para o desenvolvimento de suas habilidades, torna-se necessária a repetição e o reforço das estimulações para a fixação do aprendizado, ou seja, é necessária a prática constante de um movimento ou atividade.

Para Magill *apud* Pellegrini (2000, p.29) “a aprendizagem refere-se a uma mudança na capacidade do indivíduo executar uma tarefa, mudança esta que surge em função da prática e é inferida de uma melhoria relativamente permanente no desempenho”. Sendo assim, afirma o autor, que praticar e repetir alguma atividade é necessária para a aprendizagem. Não é uma repetição mecanizada das mesmas atividades e sim uma gama de atividades variadas com o mesmo objetivo prático. Por isto o reforço desse processo deve ser constante e não deve ser interrompido, pois pode causar um retrocesso nas habilidades já adquiridas pelo aluno.

Períodos longos como férias e feriados podem atrapalhar ou até retroceder ganhos motores e cognitivos dos alunos. Uma relação mais estreita da família com a escola propiciará um ganho de qualidade no atendimento e na evolução do educando. Nesse ponto, a família torna-se peça fundamental no trabalho realizado. O conhecimento das potencialidades de cada criança, de sua evolução e de como ela está sendo estimulada na escola permitirá a continuidade desse processo em casa.

Problema

Sendo assim, entra o papel crucial do gestor enquanto administrador de problemas e soluções para o bom desempenho das funções docentes e discentes. Durante o período de atividade na escola onde ocorreu a presente pesquisa foi verificado um distanciamento entre família e escola o qual foi o propulsor para este trabalho. A participação de familiares em reuniões de pais e conselhos de classe é muito pequena. Coube, então, observar qual o procedimento atual e como estão sendo pensadas as ações para estreitar as relações interpessoais entre família e escola.

Dentro desse contexto surge a seguinte problemática: como melhorar a interação família-escola para motivar os familiares na busca de uma maior

participação no dia a dia da escola e na progressão do aprendizado visando melhorias na qualidade do ensino e no processo de inclusão educacional e social do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE)?

Objetivos

Objetivo geral:

- Analisar como a escola, na figura do seu gestor, pode buscar instrumentos que propiciem uma maior motivação da família na busca de um ensino de qualidade e na inclusão do aluno com Necessidades Educacionais Especiais.

Objetivos específicos:

- Identificar as características de uma escola desejada pelos pais e professores;
- Analisar como se processa a interação entre escola e família para melhorar a evolução educacional do educando.

REFERENCIAL TEÓRICO

O homem não nasce um ser autônomo e precisa de assistência de um outro para o seu desenvolvimento. Essa assistência ocorre primeiramente na satisfação de suas necessidades básicas como alimentação, abrigo e proteção. Depois, necessita que lhe sejam proporcionadas condições favoráveis para o seu desenvolvimento biológico, psicológico e social.

A educação faz parte das necessidades básicas do desenvolvimento do ser humano, da sociedade e da cultura. Ela está ligada à história evolutiva da humanidade. Os costumes e tradições de um povo são passados de geração em geração por meio de processos educativos. A educação está intimamente relacionada à época e a sociedade existente, aos seus aspectos culturais, políticos e econômicos.

Segundo o dicionário Aurélio, a educação é o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. Também pode ser entendida como sendo “o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de geração em geração” (SIGNIFICADO, acesso em 04/08/13). Em ambas as definições, pode-se observar que a educação é um instrumento de inserção e evolução social do indivíduo, de evolução da própria sociedade e de transmissão de uma herança cultural.

Dentre as várias concepções de educação existentes duas merecem maior destaque: a concepção apoiada na teoria do capital humano e a concepção apoiada na teoria crítica.

Na concepção apoiada na teoria do capital humano “a educação é vista como a aquisição de conhecimentos, de competências e de qualificações voltados prioritariamente para o atendimento às necessidades do mercado, revelando um pragmatismo tecnicista” (MINTO, L. W. 2013 p.1). Ou seja, a educação é ferramenta para o capitalismo, forma mão de obra para as empresas. Os processos educativos são instrumentos de formação de indivíduos para o mercado de trabalho, para suprir às necessidades do sistema capitalista. Essa é a concepção atualmente vivenciada no nosso sistema educacional.

Já a concepção apoiada na teoria crítica busca a formação integral do indivíduo, o que é o sonho de qualquer sistema educacional. Segundo ela “o direito à educação privilegia o conjunto das dimensões nele implicadas: as dimensões ética, cultural e política, além da dimensão econômica, tendo sempre presentes os problemas sociais existentes” (MINTO, L. W. 2013 p.2). Os processos educacionais são instrumentos de formação de cidadãos integrados à sociedade e que dela participarão efetivamente, onde exercerão seus demais direitos e deveres e que a ela dedicarão seus talentos para permitir sempre sua evolução social, política, cultural e econômica, em benefício de todos.

Todo ser humano precisa de uma instituição social para salvaguardá-lo durante seu desenvolvimento e que lhe propicie uma educação que o permita a vida no seu grupo social. Essa instituição que o ampara durante o crescimento é a família. Entende-se família como sendo, num contexto mais amplo, “quem exerce as funções de cuidados básicos de higiene, saúde, alimentação, orientação e afeto, mesmo sem laços de consanguinidade” (CASTRO & REGATTIERI, 2009 p.13)

É no seio familiar que a criança tem seus primeiros contatos com o mundo social. Cabe aos membros da família o ensino da cultura e da língua materna. É no lar que lhe são apresentadas as regras de convivência em grupo, costumes sociais e a educação geral. No ambiente familiar, ela aprende a conviver com a diversidade e as adversidades da vida, a controlar suas emoções e a lidar com os conflitos e relações interpessoais.

Seja qual for a estrutura familiar, ela é responsável diretamente pela educação e inserção da criança no meio social. Para Szymanski (2004, p.5):

O processo de socialização se dá no convívio familiar e, em especial por meio das práticas educativas desenvolvidas com a finalidade de transmitir hábitos, valores, crenças e conhecimentos que se acredita serem úteis para a inserção dos filhos na sociedade.

O papel da família no processo de socialização da criança é de suma importância. É nela que se aprende muito dos valores morais e sociais que passarão a ser mais estimulados e apreendidos na escola.

Nos primórdios de nossa história, a família era a única responsável pela educação da criança. Campos afirma que “os valores e os conhecimentos relacionados às práticas profissionais e morais eram apreendidas, em sua maioria, no seio dos grupos familiares” (CAMPOS, 2011 p.3). Além do importante papel de inserção da criança no mundo das relações sociais, era na família que se aprendia toda a técnica e manejo instrumental para o trabalho. Os mais velhos ensinavam aos mais novos todo o conhecimento adquirido para que estes continuassem a suprir todo o grupo de suas necessidades básicas. Nesse sentido a instituição familiar era a responsável por passar todo conhecimento profissional e moral para o indivíduo.

Com o passar dos anos a sociedade foi se tornando cada vez mais complexa e estratificada. Não bastava apenas aos indivíduos os conhecimentos básicos para a sobrevivência. Todo conhecimento passou a ser mais sistematizado e estruturado obrigando cada pessoa a buscar mais informação e conhecimento para viver melhor na sociedade.

Como é citado por Campos (2011), com o advento da revolução industrial, o surgimento de máquinas e o capitalismo, a educação familiar passa a não ser mais suficiente para a vida em uma sociedade mais moderna e civilizada. A busca por uma mão de obra mais capacitada que produzisse mais e com mais qualidade para satisfazer aos anseios de um novo público consumidor exigia uma educação mais sistematizada.

Nesse contexto é que a instituição escolar ganha destaque. A autora salienta que a partir desse momento a escola passa a ser reconhecida e ganha força como promotora da educação técnica e científica. Agora ela é vista como um prolongamento da educação familiar. A família não é mais a única responsável pela educação dos seus filhos exercendo mutuamente com a escola essa função.

Aos poucos, porém, a família foi perdendo espaço na educação e a escola fica como a instituição maior na formação da criança. A escola torna-se a entidade máxima da educação e da formação profissional das pessoas. Com isso se abre uma lacuna na formação integral dos indivíduos. Os educadores se colocavam como detentores do conhecimento e como os únicos capazes de educar.

Após a segunda guerra mundial foi criada a Declaração Universal dos Direitos do Homem para garantir um padrão de vida digno a todas as pessoas, que inclui o

direito à educação, à saúde, à habitação, entre outros. A partir desse momento a educação passou a ser reconhecida como um direito universal, um direito de todos. Antes esse direito era restrito às classes dominantes e as escolas eram instituições que perpetuavam as desigualdades sociais existentes. Só que a escola também é um espaço de reflexões e de saberes que produzem transformações no modo de pensar e agir das pessoas e da própria sociedade.

Aliada aos ideais republicanos surge uma corrente de pensadores e intelectuais que busca a reaproximação da família com a escola. Segundo Silva (2008) tais ideais objetivavam uma sociedade mais instruída e civilizada e que isso seria feito através da educação. Esses intelectuais viam nessa união uma forma de tornar nossa sociedade mais estruturada, unida e civilizada. Eles observaram que a participação da família é importante para o desenvolvimento integral do aluno e para a melhoria significativa da própria família e da sociedade.

Para citar alguns desses intelectuais temos Júlia Lopes de Almeida, escritora do início do século XIX e final do XX (Campos 2011), que sempre deixou claro em suas obras que os ideais de uma sociedade mais civilizada só seriam possíveis com a participação da família na instrução do aluno. Temos também Cecília Meirelles que sempre se preocupou muito com a infância e deixava claro que a educação da família era importante para que se respeitasse a infância, o lar e a escola e para um desenvolvimento sadio da criança.

A relação entre família e escola tem sido alvo dos estudos de muitos pesquisadores e educadores. Como citado por Polonia & Dessen (2005) estudiosos como Bost, Vaughn, Boston, Kazura & O'Neal (2004) e Ferreira & Marturano (2002) se debruçaram sobre este tema “principalmente no que se refere às implicações para o desenvolvimento social e cognitivo do aluno e suas relações com o sucesso escolar” (2005, p.303). Já é de conhecimento que essas instituições têm um importante papel no desenvolvimento das crianças. Segundo Polonia & Dessen (2005) elas podem ser propulsoras ou inibidoras do crescimento físico, psíquico e social. São fundamentais para a formação de pessoas, cidadãos que vão influenciar o lugar onde vivem e as pessoas com quem convivem.

Vê-se então que já a muito tempo se tem a preocupação de se estreitar a relação família-escola. Tanto família quanto escola desempenham um papel

fundamental no desenvolvimento da criança, desde a sua infância até a vida adulta. Um crescimento integral - físico, psíquico e social - advém de um contato mais íntimo dos pais com os educadores e mesmo com seus filhos o que proporciona uma troca mais duradoura de conhecimentos.

Na família é dado o início do processo de desenvolvimento da criança e a escola vem como o local onde esse processo se torna mais estruturado pedagogicamente para continuidade desse desenvolvimento. “A família não é, portanto, o único contexto em que a criança tem oportunidade de experienciar e ampliar o seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento” (POLONIA & DESSEN, 2005, p.304). Ambas instituições são, dentro de suas especificidades, as responsáveis pela formação do indivíduo como ser social.

A escola atende a criança de forma diferente e complementar ao processo educacional iniciado em casa. No ambiente escolar a criança tem acesso ao saber científico. O desenvolvimento cognitivo acontece de forma estruturada e pedagógica. Segundo Polonia & Dessen (2005) é na escola onde o tempo é empregado no aprendizado de conteúdos mais formais – como escrita, leitura, cálculos – e a socialização ocorre de modo informal como no recreio, em passeios, em gincanas e jogos.

Para as autoras, na escola a criança passa a ter um convívio social mais amplo. Ela começa a conviver com sujeitos de culturas e costumes diversos e muitas vezes diferentes dos seus. Amplia-se assim seu círculo social e pela primeira vez entra em contato com pessoas que não estão dentro do seu ciclo de convivência diária como pais, irmãos, vizinhos e amigos próximos.

Ainda para Polonia & Dessen (2005) a escola também tem um papel importantíssimo na formação do indivíduo cidadão. Além do saber culturalmente organizado e estruturado, do conhecimento científico dentro das várias áreas do saber, a escola deve estimular a formação política e social do aluno. Ela deve procurar resgatar conceitos que promovam a cidadania e o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa.

Assim pode-se observar que tanto família quanto escola devem trabalhar em conjunto para o desenvolvimento integral da criança. O interesse ou o desinteresse do aluno passa por uma maior ou menor integração entre família e escola. Nesse

contexto as condições sociais, culturais e econômicas dos pais são importantes na promoção do desenvolvimento humano. Essa relação família-escola será mais fortalecida, ou não, dependendo desses fatores e da importância que se dá a educação. Ambas devem reconhecer a importância de cada uma no desenvolvimento da criança.

Quando a escola e seus profissionais buscam conhecer a realidade de seus alunos fica mais fácil a elaboração de estratégias capazes de melhorar a relação família-escola. Conhecer o meio social e as condições de vida da família faz com que os profissionais da educação possam buscar uma comunicação mais homogênea com os pais. “Quando a escola melhora seu conhecimento e compreensão sobre os alunos, sua capacidade de comunicação e adequação das estratégias didáticas aumenta” (CASTRO & REGATTIERI, 2009 p.7). E sem dúvida ocorre uma melhora do trabalho escolar.

A escola nunca deve subvalorizar a bagagem cultural que cada aluno traz consigo. Toda criança vem para a escola com experiências sociais, com conteúdo e vivências que não podem ser negligenciados pela escola no processo educacional. Jamais podem ser esquecidos ou minimizados para se valorizar apenas o que é adquirido na escola.

Ao passo que a família jamais deve desconsiderar sua necessária participação na educação dos seus filhos. Hoje, o que se vê é uma sobrecarga e supervalorização da escola como a única responsável pela formação da criança. Citando Cortella (2013 p.47):

As sociedades ocidentais contemporâneas transferiram, pouco a pouco, os cuidados com as crianças das famílias para as escolas; a formação e informação cognitiva, moral, sexual, religiosa, cívica etc., passou a ser entendida como uma tarefa essencial do espaço escolar (...).

Cada vez mais é imposta à escola a tarefa de formar os cidadãos. Com isso as relações familiares acabam se tornando mais pobres em quantidade e qualidade. Na maioria das vezes os pais assumem muitos compromissos profissionais e financeiros e acabam por reduzir a sua participação na educação e no

desenvolvimento dos seus filhos. Assim a escola acaba assumindo a tarefa de prover as condições necessárias para a criança se desenvolver integralmente, tarefa esta, que deveria estar a cargo das duas instituições: família e escola.

Polonia & Dessen (2005) salientam que a família não deve se colocar a margem da educação de seus filhos. Ela desempenha um papel fundamental como mediadora da inserção da criança no seu contexto social. Sua adaptação e bem-estar dependem da participação de seus pais, de todo o conhecimento que lhe é passado pela família. Ao mesmo tempo essa cultura deve ser de conhecimento da escola pois, assim, fica mais fácil criar metodologias que vão beneficiar a criança no seu desenvolvimento educacional e social.

Escola e família são instituições interdependentes, têm suas características específicas e se complementam. Ambas devem atuar em conjunto, em cooperação, para um desenvolvimento integral da criança possibilitando-lhe uma participação qualitativa, crítica e construtiva, na sociedade. Ambas devem se reconhecer importantes nesse processo e buscar estratégias que possibilitem a melhor participação de cada uma, dentro de suas especificidades, resultando em ajuda mútua.

Nossa Constituição Federal de 1988, no seu artigo 226, determina a família como a base da sociedade. É a célula primária da sociedade e conta com a proteção do Estado. No seu artigo 227 diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão. (BRASIL, 2010)

Podemos observar que cabe a família e ao Estado, garantir todas as condições necessárias para um crescimento saudável e harmônico da criança. No que tange a educação, o Estado deve garantir vaga e condições de atendimento à criança, enquanto cabe à família matriculá-la na escola e garantir sua frequência e participação. As garantias das condições necessárias para uma educação de

qualidade para a criança são divididas pelo Estado, na figura da escola, e pela família.

Ainda na Constituição Federal seu parágrafo 205 salienta que a educação que será ofertada deve contar com a colaboração da sociedade e deve ter como objetivos principais a formação da criança para o convívio social e para o trabalho. Isso vem reforçar o compromisso da educação escolar em formar a criança para que esta ocupe “seu lugar como membro de uma família e de uma sociedade mais ampla” (CASTRO & REGATTIERI, 2009 p.13).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL - LDB), lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, também estabelece a relação família-escola como forma de se atingir uma educação de qualidade. No seu artigo 1º salienta, logo de início, que o processo educacional incorpora o convívio familiar, social, na instituição educacional e organizações culturais e trabalho. Também estabelece a educação como dever da família e do Estado e que esta deve ter sempre um caráter de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL - ECA) estabelece a participação da família na vida educacional do aluno. Deixa claro que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (BRASIL - ECA, art.53, § único, p.41). Não é só direito como dever da família estar presente no dia a dia da escola e nas decisões que vão nortear o processo educacional desenvolvido nela.

Pode-se observar que a própria legislação - LDB, ECA, Constituição Federal - reconhece que a participação de toda comunidade escolar é princípio fundamental para a melhoria da qualidade da educação e da formação dos alunos. Uma escola não pode ficar alheia a realidade que a circunda, pois corre o risco de tornar-se algo estranho a seus alunos e pouco atrativo. Bem como os pais não devem se distanciar da escola de seus filhos e devem exercer seus direitos de participação nas decisões da escola e na criação das estratégias que guiarão o processo ensino-aprendizagem. Escola e família devem trabalhar juntas para que todo processo educacional faça sentido tanto para o aluno quanto para a comunidade escolar.

A relação família-escola tem sido estimulada pela criação de mecanismos que incentivem essa interação. A gestão democrática é um desses mecanismos que

buscam uma maior participação da comunidade escolar nas práticas pedagógicas. Esse mecanismo está embasado na tríade: participação, trabalho coletivo e compromisso. Tais princípios juntos poderão ser a chave para o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

A gestão democrática está fortemente ligada aos princípios democráticos. Baseia-se nas ideias de igualdade de direitos, liberdade de expressão, respeito a diversidade cultural e solidariedade. Esses princípios são os propulsores de um trabalho conjunto, de uma forma de gestão voltada à coletividade e ao bem comum.

Quando se fala em gestão democrática está se referindo a uma forma de gerir onde as pessoas se envolvem no interior da escola. Todos se reúnem para identificar os problemas, discuti-los e planejar juntos as soluções. Além disso, passam a acompanhar, supervisionar e avaliar as medidas tomadas pela escola na solução dos problemas. É um processo político sustentado na alteridade, no diálogo e na participação coletiva.

Para Lima *apud* Sousa (2009 p.126), a gestão democrática pode ser entendida como:

(...) uma perspectiva conceitual que focaliza intervenções democraticamente referenciadas, exercidas por atores educativos e consubstanciadas em ações de (auto) governo; ações que não apenas se revelam enquanto decisões político-administrativas tomadas a partir de contextos organizacionais e de estruturas de poder de decisão, mas que também interferem na construção e recriação dessas estruturas e de formas mais democráticas de exercer os poderes educativos no sistema escolar, na escola, na sala de aula, etc. (LIMA, 2000, p. 19)

Isso quer dizer que a gestão democrática é uma forma de ação política dentro da escola que se baseia nos métodos democráticos e que tem, também, o objetivo de educar para a democracia sempre criando e recriando novas formas de exercer essa democracia participativa. Ou seja, a gestão democrática tem como resultado a formação de seres sociais, de cidadãos ativos e de uma sociedade baseada em métodos democráticos.

A concepção da gestão democrática está intimamente ligada ao processo de democratização da sociedade brasileira. Segundo Sousa (2009) essa concepção de gestão surge junto com as ideias liberais de participação do povo brasileiro nas decisões que vão guiar a vida social. Surge em um período no qual os brasileiros buscam livrar-se das algemas de anos de ditadura onde alguns mandavam e muitos obedeciam sob a pena de sofrer severas punições se algum questionamento surgisse.

A ideia de uma maior participação da comunidade na gestão escolar surge nos anos 80. Foi uma bandeira levantada pelos profissionais da educação para que houvesse uma mudança na forma de se conduzir a escola. Como reflexo da própria sociedade, nas escolas também reinava o autoritarismo, a troca de favores e a barganha, características que estavam impregnadas no Estado brasileiro. Esse pensamento surge como tentativa de fortalecer a participação efetiva da comunidade na gestão escolar dando um verdadeiro sentido público a escola.

Na Constituição Federal de 1988 já se fala na gestão democrática. No seu artigo 206 que trata sobre os princípios norteadores do ensino público como a igualdade de condições, liberdade de ideias e concepções pedagógicas, valorização dos profissionais de educação, garantia de padrão de qualidade dentre outros, o inciso VI (seis) cita com todas as letras “gestão democrática na forma da lei”. Já deixando claro que a gestão democrática é um dos princípios norteadores do ensino público brasileiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) no seu artigo 3º reforça os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e acrescenta que a gestão democrática deverá estar de acordo com a legislação dos sistemas de ensino. Em seguida, nos artigos 14 e 15, estabelece que os Estados da federação terão autonomia para elaborar as formas de implantação da gestão democrática de acordo com suas especificidades e com a participação dos profissionais da educação, comunidade escolar e da comunidade local.

Nesse sentido o Distrito Federal (DF) cria sua própria legislação para a implantação da gestão democrática no ensino público. A lei 4.751 de 07 de fevereiro de 2012 dispõe sobre o sistema de ensino e a gestão democrática do sistema de

ensino público do Distrito Federal. Logo no primeiro capítulo a lei deixa clara a finalidade na gestão democrática:

Art. 2º A gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação (...). (BRASIL, 2012)

Assim a legislação vem determinar a escola como centro do sistema educacional e reforça seu caráter público, ou seja, a escola de todos e para todos, onde as decisões e definições pedagógicas, administrativas e financeiras têm a participação de toda comunidade escolar. Na sequência ela ainda destaca como princípios da gestão democrática a autonomia, a alteridade, a transparência e a busca constante pela qualidade.

No tocante à autonomia, a escola passa a ter em suas mãos o direito de se reorganizar pedagógica, administrativa e financeiramente de acordo com a sua realidade e suas necessidades. Sempre observando a legislação vigente, cada escola deve criar e implementar um Projeto Político Pedagógico, ter um plano de gestão voltado a sua realidade e destinar os recursos financeiros recebidos de acordo com as suas necessidades.

E no que se refere ao Projeto Político Pedagógico pode-se afirmar que este instrumento vem como uma ferramenta importante para alicerçar essa nova estrutura organizacional e nortear os caminhos a serem trilhados pela escola. Ou seja, ele tem como finalidade a coordenação de todo trabalho realizado na escola, desde o administrativo até o interior da sala de aula, procurando manter uma relação com o contexto social onde a escola está inserida. Portanto, na sua elaboração é indispensável a participação de toda a comunidade escolar – professores, pais, alunos, moradores das redondezas, colaboradores, etc. – pois sempre devemos considerar que a educação acontece em diferentes esferas, tempos e espaços.

Esses instrumentos da gestão democrática são destinados a mudanças de paradigmas que a muito tempo veem existindo nas instituições educacionais. “A escola serve tanto para reproduzir a ordem social quanto para transformá-la, seja intencionalmente ou não” (BRASIL - Projeto Político-Pedagógico – Professor Carlos

Motta, SEE/DF, 2011). É no espaço escolar que se pode perpetuar a alienação e a subserviência ao poder do capitalismo dominante ou buscar, através da formação completa do cidadão, uma sociedade mais humanizada, capaz de pensar na coletividade e no bem comum.

O planejamento, ou plano de gestão, é um instrumento que possibilita a solução, ou pelo menos a tentativa de solucionar os problemas existentes na instituição. Para que tal objetivo seja alcançado é necessária uma observação concreta da realidade atual e do contexto social onde a escola está inserida. Se não tiver a participação de toda a comunidade escolar na sua elaboração é muito difícil que o planejamento venha atender as reais necessidades da escola como um todo.

A alteridade é o respeito aos direitos de cada pessoa principalmente com relação a diversidade cultural, religiosa e sexual. Cabe aqui também a busca pela qualidade do ensino público, a igualdade de condições e a valorização de cada membro participante do processo de ensino: professores, alunos e familiares.

A busca constante pela qualidade do ensino está centrada na formação e aperfeiçoamento dos profissionais, na melhoria da infraestrutura da escola e na maior participação da família na construção de uma escola que possa atender seus anseios. Essas medidas são muito importantes, pois tornam o ambiente escolar mais seguro e propício ao aprendizado e a construção do conhecimento. Também garantem a formação de pessoas mais preparadas para o exercício da cidadania e do trabalho garantindo uma maior qualidade nas relações sociais.

A transparência é o que dá a verdade e clareza a instituição pública. Segundo esse princípio a gestão tem que deixar visível a todos que tiverem interesse, onde e como são aplicados os recursos financeiros, como ocorre o processo pedagógico e de que forma a escola está sendo conduzida administrativamente.

Para que esses princípios possam valer e garantam uma participação mais direta e igualitária da comunidade escolar nos rumos e decisões da escola instituiu-se alguns instrumentos. Temos os conselhos escolares, os conselhos de classe, grêmio estudantil e a eleição direta para diretor e vice-diretor das unidades escolares. Dessa forma todos da comunidade escolar – pais, alunos e professores – passam a conhecer desde cedo as pessoas encarregadas diretamente da administração da escola e até como, onde e de que maneira estão sendo

empregados os investimentos públicos destinados à mesma. São estratégias que garantem uma maior participação da comunidade escolar dentro da escola.

Tudo o que foi colocado nos parágrafos anteriores vem corroborar com a ideia de como é importante a construção conjunta, entre escola e família, de uma relação mais próxima e estreita para melhorar a qualidade do ensino e a formação social e educacional da criança. A Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei 4.751 que regulamenta a gestão democrática no Distrito Federal, demonstram o quanto o ensino precisa de uma maior participação da família para que este ganhe em qualidade.

A Constituição Federal em seu artigo 205 que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A partir dessa definição algumas palavras que são importantes para comentar: direito, dever, Estado, família e colaboração da sociedade. A educação é um direito universal e é preciso buscar-se por meios de garantir que este direito seja exercido na prática. Tais estratégias devem pautar-se na união do Estado (na figura do governo, profissionais e legislação), da família e da sociedade na aplicação desse direito.

Depois do direito vem o dever. Dever do Estado e da família. Cabe ao Estado, por meio dos seus representantes, a aplicação prática desse direito. Porém, não somente a ele, mas também à família. Hoje a realidade mostra uma distância enorme entre família e escola. Busca-se um culpado para o fracasso educacional dos alunos e esquece-se de trilhar o caminho para o sucesso.

Certamente, quanto mais políticas públicas e verbas destinadas a educação melhor. Porém não pode ser esquecida a necessária e urgente união entre escola-família-sociedade para que essas políticas sejam aperfeiçoadas e implementadas, para que verbas sejam destinadas e o sucesso escolar seja alcançado.

A Constituição Federal deixa clara a obrigação de cada um dos setores na formação do cidadão e na sua qualificação para o trabalho. Não se faz educação de qualidade com o envolvimento de apenas um desses componentes. A educação não é obrigação apenas da escola, é dever da família se envolver nesse processo, é dever da sociedade colaborar com a formação da criança, do adolescente e do adulto como verdadeiro cidadão.

Cury (2002) fala sobre o acesso e a permanência do aluno na escola. Diz que a busca pelo exercício desse direito está pautada na igualdade, pluralidade, diversidade e qualidade. Ressalta ainda que a união entre os membros da comunidade escolar é fator primordial para a aplicabilidade desse direito.

O acesso e permanência do aluno, bem como o seu sucesso acadêmico e social, estão diretamente ligados à igualdade de condições, na redução das desigualdades sociais, na diminuição das discriminações. Na pluralidade de ideias, que beneficia um país tão grande e rico em cultura como o Brasil e na valorização da diversidade.

Agora, não se garante a aplicação desses valores sem profissionais verdadeiramente empenhados, igualmente valorizados e qualificados. A qualidade do conhecimento e da forma como ele é transmitido vai interferir de forma decisiva no interesse do aluno em aprender. O processo ensino/aprendizagem deve ser pautado na formação contínua de seus profissionais. Como tudo na vida, a educação sofre evolução, os profissionais não podem ficar estagnados no tempo acreditando que a forma como as aulas são ministradas será sempre a mesma. Os profissionais da educação têm que acompanhar as evoluções da forma de pensar da sociedade, atentos aos novos comportamentos, ligados com a velocidade do acesso ao conhecimento. Tudo hoje é muito rápido.

Segundo Cury (2002), profissionais qualificados, salas de aula bem estruturadas, escolas novas e automatizadas, tudo isso só terá significado real no aprendizado com o envolvimento familiar e da sociedade, com a união dessas instituições. Esse é um desafio daquele que se colocar na posição de gestor: articular e buscar o envolvimento de toda a comunidade escolar no processo de ensino/aprendizagem, na elaboração de um projeto político pedagógico e na gestão democrática.

É muito importante para o gestor ter sempre em mente que parte do seu trabalho é lidar com pessoas, que têm origens e pensamentos diferentes. O gestor escolar lida diariamente com mundos distintos e lhe cabe a tarefa de conectá-los para propiciar aos alunos sempre o melhor possível. Cada pessoa carrega em si uma cultura, uma história e uma identidade. O mais importante é descobrir um ponto comum para fazer tantas pessoas se unirem em um único propósito.

Como fazer cada um sair de dentro de seu mundo e compartilhar suas experiências com os outros? Como fazer cada professor, aluno, pai e servidor se unirem em um propósito? O mundo hoje tem tornado as pessoas tão egoístas e presas apenas dentro dos próprios objetivos e daquilo que as faz felizes que não há mais tempo de serem felizes com a felicidade do próximo. Isto é o processo de desumanização da sociedade e das relações sociais.

As escolas e seus dirigentes devem incentivar os valores sociais como cooperação, respeito, fraternidade, trabalho em equipe, alteridade, etc. A escola de hoje precisa buscar estratégias que visem formar cidadãos que possam colaborar com a melhoria da sociedade. Não tem como construir cidadãos sem incentivar as relações humanas. As instituições educacionais acostumaram-se em procurar um culpado para o fracasso escolar: o aluno, a participação dos pais, a formação do professor, as condições da escola, a origem social, etc. Essa responsabilidade, na verdade, é de todos.

Após anos de ditadura com restrições de direitos civis, ainda estamos engatinhando no tocante a democracia. É de consenso que, apesar das várias estratégias criadas para aumentar a participação familiar na escola, ainda é muito fraca essa participação. Esses anos deixaram feridas difíceis de cicatrizar. Ainda resta um pouco de autoritarismo, subserviência e intolerância. Historicamente a gestão pública, não diferente a gestão escolar, sempre foi um ambiente autoritário e de um jogo político que buscava sempre o poder. Aos poucos, com muito trabalho e estímulo, esse quadro tende a mudar.

A relação entre família e escola é tão fundamental no ensino especial quanto no regular. A educação especial precisa muito da participação dos pais e familiares para uma estimulação qualitativa da criança rumo a uma inclusão social e educacional.

A educação especial tem uma característica bem peculiar: está em todos os âmbitos do sistema educacional. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) “(...) Sua ação transversal permeia todos os níveis - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior, bem como as demais modalidades- educação de jovens e adultos e educação profissional”. (BRASIL - PCN, 1997, p.21). Isso demonstra a abrangência do trabalho com o ensino especial bem como a necessidade de uma ampla formação dos educadores, seja em qual segmento estejam atuando.

O Aluno com Necessidades Educacionais Especiais tem o direito do acesso à aprendizagem, ao conhecimento e às demais experiências que podem ser vividas no ambiente escolar. O dever dos educadores e dos pais é garantir que esse direito seja exercido em sua plenitude. A discriminação é prejudicial não só a esse aluno, mas também aos demais, pois os impedem de conviver com as diferenças, de exercitar a solidariedade, a ética e a fraternidade. Trabalhar na escola o convívio e a valorização das diferenças é plantar e regar a semente de uma sociedade mais justa e livre onde existirá uma verdadeira cultura de paz.

A legislação brasileira referente à educação básica garante o atendimento ao aluno portador de necessidades especiais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) diz que ao Estado cabe garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Ela ressalta ainda que o aluno tenha um serviço de apoio especializado quanto for necessário devido as suas limitações. Estabelece que as escolas devam contar com currículos, métodos e organização espacial para esse atendimento e professores capacitados que possam auxiliar o educando na sua integração nas classes comuns.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL - PCN, 1997) também têm capítulos que tratam das adaptações curriculares para o atendimento dos alunos com necessidade especiais. Tais adaptações se referem à educação inclusiva. Deixa claro que essas adaptações são necessárias para garantir ao educando o acesso ao conhecimento, à informação e às relações sociais. Buscam o exercício de sua autonomia e funcionalidade na escola e na sociedade. Orienta que o professor

deva ser capacitado para o atendimento desse aluno possibilitando-o realmente integrar-se no ambiente escolar e comunitário.

Também as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL - DCN, 2002) propõem adaptações curriculares para o educando com necessidades especiais. Toda escola deve incluir no seu Projeto Político Pedagógico o atendimento ao aluno especial. Como nas anteriores a escola deve adaptar sua estrutura física, seu currículo e métodos de ensino para possibilitar o amplo acesso do aluno especial ao conhecimento, à informação e ao convívio com os demais alunos do ensino regular. Também estabelece que deva existir um serviço especializado de apoio ao professor da classe comum e ao aluno especial. Enfoca também na formação continuada do professor para trabalhar e dar apoio ao aluno especial.

Toda esta legislação até aqui citada busca a inclusão social e educacional do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais. Esse processo de inclusão social e educacional é um desejo de muitas organizações internacionais e está incluso nos objetivos e processos pedagógicos de muitos países. Como é citado na Declaração de Salamanca, publicada em 1994 como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na cidade de Salamanca, Espanha:

As Escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (UNESCO, 1994)

A Declaração de Salamanca sugere uma educação centrada no ser humano e sobretudo na criança. A educação é um direito universal e deve ser para todos sem discriminação de qualquer espécie. Essa é a base de uma educação inclusiva. Ela tornou-se um marco na educação especial enunciando muitos dos seus princípios. Passou a ser incorporada nas políticas educacionais de muitos países, inclusive no Brasil.

A educação inclusiva no Brasil ainda está na sua iniciação. Existiram progressos significativos nos últimos anos na legislação que trata do direito do portador de necessidades especiais. Alguns projetos foram implantados que já estão minimizando as dificuldades desse educando no acesso ao conhecimento. Falta ainda muito a ser feito para que as barreiras do preconceito e da exclusão no ambiente escolar e comunitário possam vir a cair.

A exclusão social que antes era oriunda da falta de acesso à escola hoje está pautada na qualidade do ensino. Atualmente a maior fragilidade da educação brasileira está no baixo aprendizado dos seus alunos, no aprendizado insuficiente, na má formação dos seus professores e nas péssimas condições de trabalho. Temos muitas crianças na escola, porém estas continuam sendo excluídas do acesso ao conhecimento, agora dentro da escola.

Em se tratando de ensino especial as barreiras para que o indivíduo exerça seu direito à educação são ainda mais marcantes. Apesar de vários avanços na legislação que garantem ao portador de necessidades especiais o acesso à educação de qualidade muito ainda precisa ser feito para que a lei seja praticada. Ainda há muitos obstáculos como discriminação, atitudes negativas em relação à deficiência, acessibilidade, custo, formação profissional, etc., obstáculos estes que dificultam o acesso a esse direito fundamental do homem.

O estímulo à inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais encontra muitas barreiras. Um ponto crucial para a mudança de atitude na sociedade e, sobretudo nas escolas, é a formação do professor. Hoje ainda é perceptível que o professor do ensino regular não tem o mínimo de conhecimento para receber um aluno especial em sua sala de aula. Por outro lado, o professor do ensino especial tem pouco a contribuir com este professor pois sua formação e realidade está pautada nas dificuldades dos alunos. Não há uma comunicação entre os dois segmentos que possa auxiliar o aluno na sua inserção social.

Algumas ações implantadas buscam a normalização da pessoa com necessidades especiais. Procuram dar condições de vida e de educação às crianças especiais o mais próximo possível das outras crianças, dentro do dito normal. Apesar de recheadas de boas intenções, tais ações apenas aumentam e exacerbam

as diferenças. Não se pode igualar as desigualdades. A visão não deve partir da diferença e sim ter a diferença como ponto de chegada. Segundo Carmo (2011):

Essa visão de homem e sociedade não tem permitido a percepção de que o problema não está em tornar igual o desigual e sim, em fazer com que os homens compreendam dinamicamente a igualdade na diferença e a diferença na igualdade. (CARMO, 2011, p.62)

O importante é fazer cada cidadão ter a consciência de que todos somos diferentes. Partindo desse ponto não haveria a necessidade de uma legislação que buscasse a igualdade sobre a forma da lei. A compreensão das diferenças desenvolve o sentido de inclusão, o desenvolvimento de valores como alteridade, cooperação e o respeito às diferenças. Valores estes, que são ferramentas e estímulos necessários para que toda pessoa com necessidades especiais possa evoluir e se integrar à sociedade.

Pode-se ressaltar também outro ponto de exclusão: as condições de trabalho nas escolas. A legislação prevê a garantia de equipamentos, materiais e ambientes disponíveis nas escolas que irão possibilitar ao aluno acesso à informação e ao conhecimento de maneira qualitativa. Porém o que observa-se na realidade é bem diferente. Escolas sem as mínimas condições de atender os alunos regulares e principalmente os especiais. Até mesmo os Centros de Ensino Especial, em sua maioria, são escolas adaptadas, ou seja, são ambientes que não foram projetados para o atendimento educacional de crianças com necessidades especiais.

Acreditar que só o fato de este ser um país republicano, democrático e em desenvolvimento pudesse ter a inclusão por si só, sem a necessidade de movimento nesse sentido é um grande engano. Apesar de toda legislação em vigor, pareceres, resoluções, LDB, etc., ainda vive-se um preconceito arraigado em muitas instituições educacionais. Citando Souza e Silveira (2011, p.38), “o resultado é que mesmo estando em sala de aula, muitos alunos com necessidades especiais acabam sendo apartados ou excluídos – ocorre um distanciamento deles, que não conseguem dar continuidade aos estudos”.

Diante do exposto fica evidente a necessidade de família e escola se unirem para conquistar maiores resultados na melhoria do sistema de ensino. As duas instituições devem tomar consciência da importância de uma boa relação entre ambas para que possam construir uma educação de qualidade para seus filhos/alunos.

As melhorias e direitos que foram conquistados e as legislações aqui citadas só existem devido a luta de movimentos que buscaram soluções e melhorias para o acesso e permanência das crianças nas escolas. Muito ainda deve ser feito para que aquilo que consta na lei venha a ser concretizado. Uma participação mais efetiva de toda comunidade escolar, principalmente pais e professores, tem muita força no desenvolvimento e na aplicação de estratégias que irão propiciar as condições mais adequadas para os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Como foi ressaltado ao longo do texto, professores precisam de melhor formação e as instituições educacionais precisam ajustar-se e adaptar-se à realidade da inclusão social. Também os familiares precisam de melhor formação para que haja uma mudança de atitude e de práticas diante da escola. Informação e conhecimento são necessários para que família e escola possam estar sempre em sintonia, cada uma vendo sua importância, e a do outro, no desenvolvimento do aluno.

Como destaca Correia (2011, p.6):

Pode constatar-se que a problemática da relação entre a família e a escola, tendo em conta a criança com NEE, necessita da formação/educação de pais e professores, de forma a inferir mudança de atitudes e práticas; impondo-se, nesta perspectiva, a regularização da comunicação entre pais e professores, tornando-se as relações entre ambos, um hábito desenvolvido a vários níveis. (CORREIA, 2011, p.6)

A comunicação entre escola e família é a chave para uma melhor relação entre ambas. Em muitos casos, o contato da escola com a família só ocorre quando o motivo é alguma dificuldade de aprendizagem ou indisciplina do aluno. Já a família somente busca contato com a escola quando percebe algo de errado com o filho. Assim a comunicação entre escola e família só acontece quando há má notícia.

Esse talvez seja um dos motivos que faz com que ambas se olhem com algum receio ou preocupação.

Uma melhor comunicação traz melhorias significativas nos processos interventivos com os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE). A família é uma fonte de informação indispensável sobre o aluno, tornando suas observações e ponderações a respeito da criança com necessidades especiais valiosas para a montagem dos planos de aula. Os professores possuem o conhecimento técnico-científico necessário para esclarecer aos pais que tipo de intervenção é importante ser desenvolvida em casa para auxiliar no aprendizado dos alunos.

Família e escola se complementam no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno, seja ele portador de necessidades especiais ou não. O estreitamento dessa relação aumenta a motivação dos alunos, ajuda à escola a conhecer melhor a realidade de cada aluno e auxilia os pais a compreenderem melhor os esforços e a dedicação dos professores em busca de uma melhor educação para os seus filhos.

Os pais de crianças especiais necessitam de apoio na educação de seus filhos. Eles podem ser fortes aliados desde que lhes sejam dadas as informações necessárias de forma clara e objetiva. Nenhuma pessoa está preparada para ser pai e mãe de uma criança com necessidades especiais. É parte das funções da escola, com seus professores, ajudar os familiares na busca pelas informações e conhecimentos educacionais que vão ser empregados no desenvolvimento da criança.

Portando deve ser desenvolvida uma parceria entre família e escola. Uma parceria de ajuda e cooperação entre gestores, professores e pais de alunos para o desenvolvimento de estratégias interventivas que possibilitem a inclusão da criança. Niza *apud* Correia afirma ainda que “só uma pedagogia diferenciada centrada na cooperação poderá vir a concretizar os princípios da inclusão, da integração e da participação” (2011, p.22). Isso só afirma que a colaboração e a inserção da família no ambiente escolar contribuem para uma melhoria da aprendizagem dos alunos.

O desenvolvimento físico, intelectual e emocional de uma criança com necessidades educacionais especiais está intimamente ligado à quantidade e à qualidade de estímulos que lhe são ofertados. Segundo Sousa *apud* Correia (2011)

a evolução de uma criança especial é influenciada pelo apoio que lhe é prestado. Seu desenvolvimento e maturação, bem como o aumento da autonomia e aprendizagem, dependem de como ela é estimulada, da estrutura na qual ocorre essa estimulação e das relações sociais que lhe são apresentadas, tanto na escola quanto em casa.

Essas intervenções incluem, também, o convívio social. Os pais e a escola devem proporcionar às crianças especiais o maior número de experiências sociais possíveis. Passeios, visitas dirigidas a locais públicos e atividades pedagógicas fora dos muros da escola e das dependências de casa são fontes inesgotáveis de estimulação às crianças com necessidades educacionais especiais. Porém esses mecanismos somente podem ser utilizados se houver uma sintonia de trabalho entre escola e família para que as duas apliquem, nos seus momentos específicos, as mesmas técnicas que dirigem estas estratégias educativas.

Essas experiências de convívio social são importantes também para os demais presentes que não são portadores de nenhuma necessidade especial. Elas também educam os ditos normais. A presença de uma pessoa especial mostra a todos as dificuldades e os obstáculos que elas enfrentam no seu cotidiano. Mostra a todos os demais o quanto é necessária a aplicação das leis para que todos tenham acesso igualitário à educação e a socialização. Proporciona a todas as pessoas a oportunidade de conviver com as diferenças e as desigualdades, possibilitando a cada um a experiência da diversidade que compõe nossa sociedade.

Como a própria legislação prevê, em especial a nossa Constituição Federal de 1988, a educação e a inclusão social não é responsabilidade apenas da escola e dos pais, é também de toda sociedade. A comunidade deve contribuir com a socialização das crianças especiais com a prática da cooperação, da alteridade e da busca constante da igualdade de condições não importando a cor, a religião e a condição social de cada pessoa. A sociedade deve ser chamada a participar da educação fora dos muros da escola promovendo medidas que auxiliarão às crianças com necessidades especiais a desenvolverem suas potencialidades.

Mas para que o desenvolvimento de um trabalho de inclusão social e educacional da pessoa com necessidades especiais se alastre em uma rede de cooperação é necessária a união de família e escola na busca deste objetivo.

Ambas são as mais intimamente ligadas à rotina diária do aluno com necessidades educacionais especiais e têm que dar os primeiros passos para que uma abordagem igualitária aconteça.

O processo educacional de qualquer aluno, seja especial ou não, é a busca constante da mudança de um estado de dependência para um estado de autonomia da criança. Esse é o objetivo comum de pais e escola. Tornar a criança um ser independente e que contribui com a sociedade e a comunidade que vive. Nesse contexto o processo educacional é uma permanente troca de experiências entre os sujeitos envolvidos e o meio. Nessas trocas estão presentes as dinâmicas domésticas e as dinâmicas escolares.

Através das trocas de experiências entre família e escola torna-se possível conhecer a criança individualmente. Ela passa a ser tratada como única, com seu contexto cultural e suas experiências sociais oriundas do ambiente familiar. Através desse conhecimento e do respeito à individualidade do aluno, a escola pode elaborar estratégias individualizadas para cada criança em busca de melhores resultados educacionais.

Em contrapartida com essa troca os pais são municiados de técnicas que podem ser desenvolvidas em casa que auxiliarão na continuidade do processo educacional. Através de um conhecimento mais apurado da realidade de cada família, a escola poderá dar as informações necessárias aos pais, de maneira simples e direta, para auxiliá-los na educação dos seus filhos. Assim sendo fica estabelecida uma atmosfera de troca constante onde ambos experimentarão os sabores e os dissabores do processo educacional.

Antes é necessário a determinação dos limites entre o papel educativo dos pais e dos professores. Essa uma grande problemática da relação família/escola. Definir bem o papel de cada um no processo educacional de uma criança com necessidades educacionais especiais é importante para que não haja interferência de um no trabalho do outro. Essa relação família/escola deve ser complementar e simétrica para que a participação de cada uma seja na sua área de atuação e busquem a ajuda mutua no desenvolvimento e inclusão do aluno.

Segundo Correia (2011) existem funções que são comuns à família e à escola e funções diferenciadas que se complementam no processo educacional. Para a autora:

As funções que lhes são comuns incluem proteção e apoio à individualização e crescimento dos jovens e a promoção da adequada socialização. Os papéis diferenciam-se no sentido que a família desempenha as tarefas a partir de situações não muito sistematizadas; tem maior peso na prestação de cuidados e, quanto à socialização, investe mais nas vertentes afetiva e pessoal. Por sua vez, a escola age em situações específicas. A relação diferencia-se, também, no tempo, pois é vitalícia com a família e restrita com a escola. (CORREIA, 2011 p.62)

No processo educacional das crianças com necessidade educacionais especiais não pode-se haver conflito de funções e nem uma busca frenética pelo culpado por algum fracasso. Hoje é observada a luta por saber quem é o mais competente e quem faz um melhor trabalho ou mesmo a busca por um culpado pelo insucesso no rendimento escolar da criança. Esse conflito não leva a resultados educacionais importantes e sim a um maior distanciamento entre família e escola.

Determinar as funções de cada um, família e escola, é importante para uma melhor colaboração no crescimento e maturação da criança especial. Ter claro o papel de cada segmento na formação do aluno auxilia no conhecimento da interdependência de cada um e na busca por um espaço de confluência para que haja uma complementariedade.

Diante de todo o exposto é inquestionável o papel que a família tem na educação dos filhos. A escola deve valorizar esse papel e os pais devem exercê-lo. No desenvolvimento e inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais é importante o reconhecimento desse papel e a participação da família nas intervenções educativas.

Contudo, é perceptível que alguns pais não têm consciência de sua importância na educação de seus filhos especiais. Por muitas vezes participam pouco do cotidiano educacional dos filhos sendo uma intervenção insuficiente e que

deixa muito a desejar. Por vezes, inclusive, impõem à escola a responsabilidade de educar e incluir os seus filhos.

Como já salientado no decorrer do texto, não é fácil educar um filho especial. Porém uma maior ou menor inclusão social e educacional dessa criança passa pela aceitação dela no seio familiar. Quanto maior for a aceitação da família mais a criança será tratada com normalidade e conseqüentemente será melhor integrada no lar e na comunidade onde vive. Essa atitude de aceitação facilita o convívio social e a interação da criança com necessidades educacionais especiais o que acarreta um melhor desenvolvimento tanto físico quanto intelectual e social.

Hoje, sem dúvida alguma, o maior objetivo das escolas que trabalham com educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais é a inclusão social e educacional desses alunos. Esse é um tema recorrente em encontros e simpósios pelo país e pelo mundo e tema de discussões nas esferas acadêmicas e governamentais.

Para que essa meta seja alcançada é preciso se investir em uma maior relação família e escola. Como salienta Galat (1996 p. 113) “cabe aos profissionais, acompanhar e auxiliar as famílias nesse processo de construção de um espaço de convivência flexível e saudável (...)”. Ou seja, é necessária a integração de gestores e profissionais de educação na elaboração de estratégias para aumentar a participação dos pais na vida acadêmica de seus filhos especiais. Estas estratégias devem privilegiar a aceitação da família e sua formação para maior conhecimento das necessidades de seus filhos.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Diante do que foi exposto até o momento, e com o objetivo de responder aos questionamentos que deram origem ao presente trabalho, a investigação metodológica terá tanto um caráter quantitativo quanto qualitativo. Ou seja, serão utilizados instrumentos investigativos que nos permitirão avaliar os resultados da pesquisa quantificando os dados coletados, como também serão utilizados instrumentos que não poderão ser mensurados.

Na metodologia quantitativa os dados são obtidos através de instrumentos de pesquisa aplicados igualmente com todos os participantes e que apresentam uma neutralidade. Sendo assim, tais instrumentos permitem a coleta de dados mais diretos que devem ser quantificados para a obtenção de um resultado. Enfatiza-se, na análise dos dados coletados obtidos através de um ambiente (instrumentos) controlado, a objetividade. Segundo Fonseca (2002, p.20):

Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA 2002, p.20)

Para complementar positivamente a pesquisa, também serão utilizados instrumentos de coletas de dados qualitativos. Na metodologia qualitativa os dados são mais subjetivos. Essa metodologia não se preocupa em quantificar dados mais sim em compreender de maneira mais profunda o objeto da pesquisa. Córdova e Silveira (2009, p.32) afirmam que “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação das relações sociais”. Ou seja, a análise dos dados ocorre de maneira estruturada porém, intuitiva.

Ambas metodologias se complementam e são importantes para fazer uma coleta de dados mais precisa e fidedigna. Existem pontos fortes e fracos nas duas

metodologias e o uso em conjunto ajuda a amenizar as limitações de cada uma. Essa aplicação em conjunto também irá contribuir para obter-se o máximo de informação possível no trabalho.

Na aplicação das metodologias citadas dois instrumentos serão utilizados de cada uma. Quantitativamente será aplicado um questionário com perguntas fechadas para todos os participantes da pesquisa sendo um para o segmento de pais e um para os professores e gestores. Os questionários foram adaptados da tese de Mestrado de Sônia Manuela de Oliveira Correia apresentada na Escola Superior Almeida Garrett em Lisboa no ano de 2011 que tem com título “a relação escola/família na educação de alunos com NEE na perspectiva de pais e professores”.

A maior característica da aplicação desse instrumento em uma pesquisa é a impessoalidade. O pesquisador não entra em contado direto com a pessoa que responde o questionário. Outro ponto de destaque é que o questionário é fechado, onde o pai ou professor irá responder a questões de múltipla escolha. Arturo *apud* Correia (2011, p.69) salienta que é importante um questionário de pesquisa quantitativa obedecer três princípios básicos: clareza, coerência e neutralidade.

Na metodologia qualitativa será utilizada uma entrevista com um roteiro semiestruturada com alguns pais e professores. Bell (1993) define a entrevista como sendo uma conversa entre duas pessoas onde uma conduz o processo (entrevistador) buscando conhecer a outra. Sendo assim podemos concluir que esse instrumento, apesar de possuir um roteiro definido, é muito subjetivo e pessoal pois colhe a opinião de alguém a respeito algo.

Além da aplicação desses dois instrumentos na coleta de dados será realizada uma análise documental. Esse processo tem como objetivo buscar dados a respeito da instituição educacional envolvida na pesquisa. Serão utilizados os três últimos Projetos Políticos Pedagógicos da escola com o intuito de avaliar suas diretrizes e estratégias de trabalho voltadas aos alunos portadores de necessidades especiais e sua inclusão social e educacional.

O público alvo da aplicação desses instrumentos será professores e pais de alunos de um Cento de Ensino Especial, sendo alguns desses alunos/filhos já inclusos em classes regulares.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os instrumentos de coleta de dados utilizados nessa pesquisa têm o objetivo de buscar esclarecer como a relação da família com a escola influencia na inclusão social do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE). O presente trabalho busca identificar como essa relação pode ser trabalhada pelo gestor escolar para que o processo de inclusão social e educacional dos alunos ANEE possa ser realizado sem atropelos ou traumas.

A escola escolhida para realização da pesquisa é uma instituição que atende alunos ANEE. Uma escola intitulada Centro de Ensino Especial (CEE) e que trabalha com uma perspectiva de inclusão social e educacional desses alunos.

Primeiramente foi realizada uma visita de campo com o objetivo de analisar as condições físicas da escola e para proceder à leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP) dessa instituição. Na avaliação da estrutura física da escola pôde-se observar que tudo foi construído sem a perspectiva de receber alunos com alguma necessidade especial. Em todas as salas verificou-se que os gestores tentaram, dentro de suas possibilidades, adaptar da melhor forma possível a escola para receber com conforto seus alunos com ANEE. Houve um cuidado de amenizar os obstáculos estruturais que dificultavam o trânsito dos alunos com ANEE.

Na análise documental foram utilizados os três últimos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) da escola. Tanto o PPP atual quanto os anteriores propunham modificações estruturais, administrativas, pedagógicas e financeiras que atenderiam amplamente a todos os educandos, sejam eles portadores de alguma necessidade especial ou não. Tais modificações têm como objetivo primordial a inclusão social e educacional, o desenvolvimento de conceitos como alteridade, cooperação, solidariedade e fraternidade. A inclusão não fica restrita apenas ao aluno com ANEE mas também a todos os alunos das escolas que recebem os alunos egressos do Centro de Ensino Especial que podem conviver melhor com as diferenças e com a diversidade existente na sociedade. Para tal é previsto no trabalho pedagógico passeios e visitas a escolas regulares.

O Centro de Ensino especial continha em seus PPP uma diversidade de atividades para estimulação dos alunos especiais com vistas a preparação dos mesmos para a inclusão. Seu currículo é adaptado e funcional objetivando dar condições ao aluno especial de desenvolver certas características necessárias para que ele fosse incluído em uma escola regular. O currículo é flexível para que o professor possa adaptá-lo às necessidades de seus alunos com vistas à inclusão.

O Projeto Político Pedagógico também prevê adaptações curriculares com o objetivo de alfabetizar o aluno com ANEE. Tais modificações são para respeitar o grau de desenvolvimento e o tempo de aprendizagem de cada aluno especial. Respeitando suas limitações e suas necessidades pode-se chegar a uma inclusão mais qualitativa do aluno.

Os questionários para os pais e professores foram aplicados durante a visita na escola. Foram entregues aos pais que estavam presentes e aos professores para que pudessem responder em casa e em seguida devolvê-los. Aos gestores da escola também foi entregue um questionário para preencherem.

Analisando a parte I do questionário do segmento pais, 100% dos participantes eram do sexo feminino e mães dos alunos tendo como ocupação principal o cuidado com o lar e os filhos. As idades variavam entre 31 e 40 anos (70%), todas haviam completado o ensino fundamental e 30% delas eram casadas e viviam com seus maridos. Como salienta Polonia & Dessen (2007) a família tem um impacto significativo no comportamento das crianças. Portanto é importante conhecer sua estrutura e formação para poder melhorar a interação família escola.

Na parte II que trata do papel da escola e da família na educação de seus filhos, 100% considera benéfica para o desenvolvimento geral da criança a inclusão da mesma em classes regulares. Os principais benefícios apontados foram a melhoria significativa da socialização (80%) e do desenvolvimento de competências (90%). Dados que veem a corroborar com o afirmado por Polonia & Dessen (2005) quando afirmam que é na escola que as crianças prosseguem com sua socialização e com o aprendizado de conteúdos mais formais.

Em 70% das respostas a aprendizagem proporcionada pela escola foi considerada muito boa. Ainda com relação à escola, todas responderam que o principal papel da escola é o de desenvolver as capacidades da criança e de

prepará-la para uma vida em sociedade. Foram unânimes em afirmar que mudariam as instalações da escola para melhor adaptá-las às necessidades dos seus filhos deixando claro que, apesar de uma legislação (LDB, ECA, Constituição Federal) que prevê que toda escola deve ser adaptada para o atendimento das necessidades de cada aluno, isso ainda não acontece nas instituições de ensino.

Quando questionadas com relação a sua participação na vida escolar dos filhos 70% disseram que vão com muita frequência à escola e que estão sempre presentes quando o professor as convoca. 60% acompanham com regularidade as agendas dos filhos e as informações mais repassadas pelos professores estão relacionadas ao trabalho que estão desenvolvendo com seus filhos em sala de aula. Todas consideram importante uma relação harmoniosa entre família e escola e classificam sua relação com a escola com muito boa. Isso vem a ratificar o que diz Cury (2002) que ressalta que a união entre os membros da comunidade escolar é fator primordial para a aplicabilidade dos direitos.

A entrevista com as mães ocorreu no dia da entrega do questionário. Foi uma conversa informal bem rápida onde foram feitas algumas perguntas relacionadas a sua interação com a escola e a participação na vida escolar do seu filho. Novamente deixam claro que a mais empenhada na educação da criança é a mãe. Algumas relataram que não estão mais com os maridos devido ao filho com necessidades especiais: “meu marido separou pois não gostava de toda atenção que dou ao nosso filho” (M. A.). Todos afirmaram que os demais familiares se revezam com elas na participação da vida escolar da criança.

Outro ponto marcante da entrevista é que as mães consideram a escola boa na educação dos seus filhos e consideram que são pouco solicitadas nas decisões que são tomadas nas escolas. Uma mãe relatou: “a escola precisa chamar mais os pais para opinar nas decisões da escola porque elas mexem com a vida dos nossos filhos” (J. B.).

Com relação ao segmento professores, na primeira parte do questionário, todas as participantes são do sexo feminino com licenciatura, apenas duas tinham mestrado e 70% tinham entre 11 e 20 anos de profissão. 60% já haviam feito cursos de formação continuada na área de ensino especial, porém, os consideram insuficiente para prepara-los para o atendimento de alunos com alguma necessidade

especial. Voltamos então a legislação e tomando como exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que prevê um serviço especializado e a formação continuada dos docentes é destacado por esses profissionais que essa formação é muito precária.

Com relação a parte II, 40% das professoras não consideram benéfica a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares. Em suas justificativas citaram: “nós professores não estamos preparados...” (G. C.), “as escolas não são adaptadas para receber estes alunos...” (M. N.), “a inclusão do aluno é feita à força...” (B. V.). Em 60% das respostas positivas para a inclusão foram marcadas todas as alternativas (socialização, desenvolvimento de competências, autonomia, autoestima). Apesar de algumas respostas apontarem os benefícios da inclusão do aluno com necessidades especiais todas foram unânimes em dizer que a escola pública não está preparada para receber o aluno com ANEE e que mudariam tudo na sua escola.

Na parte III 80% considera fundamental a participação da família para a obtenção de resultados positivos na inclusão do aluno. Porém pode-se verificar que poucos costumam solicitar a presença dos pais na escola (40%) e quando isso ocorre é quando o aluno apresenta problemas na escola (70%). A grande maioria conversa com os pais apenas nas reuniões de pais no início e no fim do ano ou por contato na agenda.

Nas entrevistas os professores se mostraram inseguros com o atendimento de alunos com ANEE e sua inclusão nas salas de ensino regular. Todos questionam o processo de inclusão como está acontecendo: “falar todos falam, mais quem fica com o arroxó maior somos nós professores” (C. S.). A insegurança e o despreparo ficam evidentes: “alguns alunos necessitam de apoio mais específico que a maioria dos professores da rede ainda não têm” (P. A.).

Em relação aos pais percebe-se um certo receio em estreitar esse relacionamento. Relato esse de uma professora na entrevista que mostra o quando é instável esse relacionamento “Penso que temos que ficar mais na nossa porque os pais são muito difíceis e complicados.” (C. B.). Porém algumas deixaram claro que estreitar essa relação é importante para que o processo de inclusão seja benéfico para o aluno: “sem esse apoio não dá para trabalhar aluno x escola” (C. M.)

CONCLUSÃO

Após a análise dos dados coletados na presente pesquisa pôde-se observar que tanto professores quanto pais dos alunos com necessidade educacionais especiais acham importante uma relação mais estreita entre escola e família para uma melhor evolução educacional e social do seu aluno/filho.

Os melhores resultados no desenvolvimento dos alunos são encontrados naqueles que têm uma estimulação adequada e que frequentam a escola com periodicidade. A presença constante e a participação nas atividades escolares proporcionam uma maior gama de experiências e estimulações ao aluno para que o mesmo possa se desenvolver na busca de uma inclusão social e educacional.

Partindo do que foi dito acima, a participação da família é fundamental para que a criança tenha uma maior frequência na escola. O relato de pais que estão mais presentes na vida escolar dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais mostra que essa participação efetiva é mais rica para a compreensão das necessidades de seus filhos e das potencialidades deles, ou seja, eles aprendem a cuidar e conviver com as deficiências de seus filhos e a colaborar com as atividades desenvolvidas nas aulas.

Os professores também concordam que resultados melhores são encontrados em alunos cujos familiares participam da vida escolar da criança. Para muitos dos profissionais as conversas constantes com os pais trazem muita bagagem de informações sobre seus alunos que muitas vezes não são observadas em sala de aula. Há também um retorno a respeito dos resultados obtidos e observados em casa cujos professores não têm acesso.

Apesar de ambos os segmentos, família e escola, concordarem que quanto mais estreita sua relação melhor o desenvolvimento da criança, há uma lacuna muito grande entre eles. Muitos pais têm vontade de participar mais intimamente da vida escolar de seus filhos, porém não o fazem pois não sabem como fazer, não têm tempo ou não encontram estímulo por parte da escola em estreitar essa relação.

Por outro lado os profissionais da educação e seus gestores gostariam de ter uma maior participação das famílias no cotidiano escolar dos alunos. As

reclamações são das mais variadas: pais ausentes, pais que não atendem seus chamados, falta de participação em reuniões, etc. Vê-se uma desconexão entre os segmentos, família e escola, que está dificultando uma educação de qualidade.

Também é perceptível que há uma falha muito persistente na comunicação entre pais e professores. Apesar do empenho, nenhuma das instituições está realmente preparada para a inclusão dos alunos/filhos especiais. O acompanhamento tanto pela escola quanto pela família da vida escolar do aluno passa por uma comunicação constante entre elas. Não pode a escola solicitar a presença dos pais apenas quando o aluno apresenta algum problema e não pode a família se eximir da educação de seus filhos.

No preenchimento dessa lacuna está o trabalho do gestor escolar. Estimular e incentivar uma estreita relação entre família e escola é parte do seu trabalho. Talvez o ponto mais difícil da função do gestor na escola é a gestão de recursos humanos. A escola se torna um universo de mundos diferentes, várias cabeças com diferentes formas de pensar a realidade. São muitas culturas e opiniões que devem ser orientadas para um bem comum. Buscar a união de muitos em um único objetivo, o de formar um cidadão, é tarefa das mais complicadas.

Hoje a sociedade cobra muito da formação do professor. Os próprios profissionais ratificaram isso nos questionários e nas entrevistas. A especialização e a formação continuada vêm como uma tábua de salvação. Não se pensa na singularidade do aluno, dos pais e sobretudo do professor. A formação do aluno deve passar pelo reconhecimento dele como pessoa única e indivisível, tanto por parte dos familiares quanto pela escola. E o professor também um é indivíduo, carece de atenção às suas particularidades. O profissional não é só um ser acadêmico, é também uma pessoa com uma bagagem cultural que interfere na sua visão da realidade.

A gestão escolar passa a ter o importante papel de unir essas individualidades, professores, pais e alunos. O gestor, um indivíduo com uma bagagem cultural própria, deve se despir do seu eu para pensar no todo. Esse é o maior obstáculo a ser transpassado, utilizar sua bagagem cultural ou se desfazer dela em busca de uma coletividade. O gestor deve ser preparado para assumir essa tarefa.

Os dados analisados deixam claro a disposição de familiares e escola em ter uma relação mais estreita. Para isso é necessário dar a cada um a oportunidade de ser e de se expressar como pessoa. Afinal a escola é feita de pessoas, por pessoas e para pessoas. Vários instrumentos já foram criados na gestão democrática que devem ser colocados em prática para que o gestor possa estimular um maior envolvimento da família na escola.

Saber ouvir, deixar os indivíduos se expressarem e respeitar suas limitações. O gestor deve buscar se apoderar de conhecimentos que lhe permita reconhecer em cada indivíduo o que há de bom e como utilizar suas qualidades na busca de um trabalho bem realizado. Melhorar essa relação família – escola é melhorar a qualidade da educação como um todo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Senado Federal. ***Constituição da República Federativa do Brasil***. Brasília, Senado Federal, 1988.
- _____, Câmara dos Deputados. ***Estatuto da Criança e do Adolescente***. 7ª ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- _____, CNE/MEC. ***Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos***. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.
- _____, CBE/CNE/MEC. ***Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica***. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.
- _____, Câmara dos Deputados. ***Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional***. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- _____, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. ***Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota***. Subsecretaria de Educação Básica, Distrito Federal, 2011.
- _____, Secretaria de Educação Fundamental. ***Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais***. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997.
- BELL, J. ***Como Realizar um Projecto de Investigação***. Lisboa, Gradiva, 1993. Disponível em: www.easeg.pt. Acesso em 20 de maio de 2014.
- CAMPOS, Alexandra Resende. ***Família e Escola: Um Olhar Histórico sobre as Origens Dessa Relação no Contexto Educacional Brasileiro***. Universidade Federal Fluminense, 2011.
- CARMO, Apolônio Abadio do. ***História, Inclusão e Diversidade Humana***. Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência, v.8, Mogi das Cruzes, 2011 p.53.
- CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. ***Interação Escola-Família: Subsídios para Práticas Escolares***. Brasília, UNESCO, MEC, 2009.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. ***A pesquisa Científica. Métodos de pesquisa.*** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CORREIA, Sônia Manuela de. ***A Relação escola/família na Educação de Crianças com NEE na Perspectiva de Pais e Professores.*** Dissertação de Mestrado, Escola Superior Almeida Garrett, Lisboa, 2011.

CORTELLA, Mario Sergio. ***Não Nascemos Prontos: provocações filosóficas.*** 15ª edição, Petrópolis, RJ, editora vozes, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. ***Legislação Educacional Brasileira.*** Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

FONSECA, J. J. S. ***Metodologia da pesquisa científica.*** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALAT, Rosana. ***O papel da família na integração do portador de deficiência.*** Revista brasileira de educação especial, v4, nº11, 1996 p.111-118.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. ***Dicionário Aurélio.*** 5ª Edição, Editora Positivo, 2010.

MINTO, L. W. Curso de Especialização em Gestão escolar. ***O Usufruto do Direito à Educação: distintas concepções*** – texto base da disciplina Fundamentos do Direito à Educação, Curso de Gestão Escolar, 2013.

PELLEGRINI, A. M. ***A Aprendizagem de Habilidades Motoras I: o que muda com a prática?*** Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, supl. 3, p. 29-34, 2000

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. ***Psicologia Escolar e Educacional: Uma Busca de uma Compreensão das Relações entre Família e Escola.*** Editora UnB, v.9, nº2, 2005 p.303-312.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. ***A Família e a Escola como Contextos de Desenvolvimento Humano.*** Família e Escola, UnB/paidéia, 2007, p.21-32.

SILVA, Vilma Correa Amâncio da. ***Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937).*** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SIGNIFICADO. Disponível em: www.significado.com.br. Acesso em 4 de agosto de 2013.

SOUSA, S. F.; SILVEIRA, H. E. ***Terminologias Químicas em Libras: A Utilização de Sinais na Aprendizagem de Alunos Surdos***. Química Nova na Escola, v.33, nº1, 2011 p.37-56.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. ***Explorando e Construindo um Conceito de Gestão Escolar Democrática***. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 20 de mai. 2014.

SZYMANSKI, Heloísa. ***Práticas Educativas Familiares: A Família como Foco de Atenção Psicoeducacional***. Revista Estudos de Psicologia, PUC- Campinas, v.21, nº 2, p. 5-16, maio/agosto 2004.

UNESCO. ***Declaração de Salamanca***. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Editada pela UNESCO em 1994. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em 23 de maio de 2014.

WAGNER, A.; RIBEIRO, L. S.; ARTECHE, A. X. ***Configuração Familiar e o bem-estar Psicológico dos Adolescentes***. Psicologia: Reflexão e Crítica, revista UFRS, v.12, 1999 p.147-156

ANEXOS

Questionários e roteiro adaptados de Sônia Manoela de Correia utilizados em sua dissertação de mestrado: “***A Relação escola/família na Educação de Crianças com NEE na Perspectiva de Pais e Professores***” realizada na Escola Superior Almeida Garrett, Lisboa, 2011.

QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS

(Adaptado de CORREIA, 2011, p.139)

O presente questionário é parte integrante do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília – UnB do cursista Cristiano Silva Barbosa. Este baseia-se num estudo sobre a **RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE)**.

Ressaltamos que esta pesquisa está sob a salvaguarda de todas as exigências éticas que me imponho respeitar: o anonimato e a garantia de que todos os dados recolhidos só estarão disponíveis para a realização do presente trabalho de investigação.

Conto com a sua colaboração, e desde já agradeço todo o tempo disponibilizado para o preenchimento deste questionário.

Parte I- Dados pessoais

1- Género:

- a) Masculino
- b) Feminino

2- Grau de parentesco com o aluno:

- a) Pai
- b) Mãe
- c) Outro Qual? _____

3- Idade:

- a) < 20

b) 20 a 30

c) 31 a 40

d) > 40

4- Grau de escolaridade:

a) Ensino básico

b) Ensino fundamental

c) Ensino médio

d) Ensino Superior

e) Outro Qual? _____

5- Estado civil:

a) Solteiro (a)

b) Divorciado (a)

c) Casado (a)

d) Viúvo (a)

e) Outro Qual? _____

6- Situação profissional:

a) Desempregado

b) Contratado

c) Servidor Público

d) Outro Qual? _____

Parte II- responda as questões a seguir sobre o papel desempenhado pela escola e família na educação de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Nos itens que couber, pode marcar mais de uma alternativa se achar necessário.

7- Considera benéfico que seu filho participe da inclusão em classes regulares?

- a) Sim
- b) Não

7.1- Se respondeu sim, como a inclusão vai contribuir para o desenvolvimento de seu filho?

- a) Socialização
- b) Desenvolvimento de competências
- c) Autonomia
- d) Autoestima
- e) Outra Qual: _____

8 - Para você qual é a principal função da escola no desenvolvimento do seu filho?

- a) Desenvolver as capacidades do aluno a todos os níveis
- b) Acompanhar os filhos enquanto os pais trabalham
- c) Formar a criança para a vida profissional futura
- d) Preparar a criança para uma vida em sociedade
- e) Outra Qual: _____

9 – O que você melhoraria na escola que o seu filho frequenta?

- a) Os materiais
- b) Os conteúdos programáticos
- c) Os horários
- d) Os professores (apoio especializado)
- e) O apoio à família

f) As instalações

g) Nada

10 - Considera importante a sua ajuda para um melhor desempenho/sucesso escolar do seu filho?

a) Sim

b) Não

11 -Em que sentido?

a) Motivação

b) Empenho

c) Participação

d) Autonomia

e) Autoestima

f) Execução das atividades

g) Outra Qual_____

Parte III- Como é sua relação com a escola de seu filho.

12 - Costuma ir à escola por iniciativa própria?

a) Nunca

b) Raramente

c) Alguma frequência

d) Muita frequência

13 – Em quais ocasiões costuma reunir-se com o/a professor/a de seu filho?

a) Início do ano

b) Final do ano

c) Para "trocar" opiniões sobre a avaliação

- d) Quando o seu filho tem problemas na escola
- e) Quando o seu filho tem problemas familiares
- f) Sempre que o professor convoca
- g) Quando outros profissionais o solicitam (médicos, Equipe de apoio/Orientador Educacional, etc)
- h) Outra Qual: _____

14 - Que tipo de informação troca com o professor do seu filho?

- a) Aprendizagem escolar do seu educando
- b) Comportamento na escola
- c) Orientações para ajuda nos trabalhos de casa
- d) Informações que obteve de outros profissionais (médicos, equipe de apoio, orientador educacional, etc.)
- e) O tipo de trabalho que está desenvolvendo com o seu filho
- f) Tipos de apoio especiais que o seu filho necessita

15 – Você acredita que a adequada relação entre escola/família promove o sucesso escolar do seu filho?

- a) Sim
- b) Não

16 - Como classificaria a relação que mantém com a escola do seu filho?

- a) Insuficiente
- b) Suficiente
- c) Boa
- d) Muito Boa

Muito obrigado!

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

(Adaptado de CORREIA, 2011, p.139)

O presente questionário é parte integrante do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília – UnB do cursista Cristiano Silva Barbosa. Este baseia-se num estudo sobre a **RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE)**.

É de realçar que esta pesquisa está sob a salvaguarda de todas as exigências éticas que me imponho respeitar: o anonimato e a garantia de que todos os dados recolhidos só estarão disponíveis para a realização do presente trabalho de investigação.

Conto com a sua colaboração, e desde já agradeço todo o tempo disponibilizado para o preenchimento deste questionário.

Parte I- Dados pessoais

1- Género:

- a) Masculino
- b) Feminino

2- Habilitações:

- a) Magistério/ bacharelato
- b) Licenciatura
- c) Outra Qual: _____

3- Tempo de serviço:

- a) < 5
- b) 5 a 10
- c) 11 a 20

d) > 20

Parte II- responda as questões a seguir sobre o papel desempenhado pela escola e família na educação de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Nos itens que couber, pode marcar mais de uma alternativa se achar necessário.

4- Você considera benéfico inclusão do aluno especial em classes regulares?

a) Sim

b) Não, justifique: _____

5- Se respondeu sim, em que a inclusão pode ser benéfica?

a) Socialização

b) Desenvolvimento de competências

c) Autonomia

d) Autoestima

e) Outra Qual: _____

6- Como você considera a aprendizagem que é proporcionada pela escola aos alunos com NEE?

a) Insuficiente

b) Suficiente

c) Boa

d) Muito boa

7- Você acredita que o ensino público está preparado para dar resposta a todos os alunos com NEE?

a) Sim

b) Não

Justifique sua resposta:

8- Em sua opinião o que você melhoraria na sua escola para ajudar a melhorar seu trabalho?

- a) Os materiais
- b) Os conteúdos programáticos
- c) Os horários
- d) Apoio especializado
- e) O apoio/participação da família
- f) As instalações
- g) Nada

9- Você considera importante o apoio e acompanhamento da família?

- a) Sim
- b) Não, justifique: _____

Parte III- Como você avalia a relação escola/família na educação de alunos com NEE.

10- Você costuma solicitar a presença/participação dos pais nas atividades escolares?

- a) Raramente
- b) Algumas vezes
- c) Alguma frequência
- d) Muita frequência

11- Normalmente, você costuma reunir-se com os pais em quais situações?

- a) Início do ano
- b) Final do ano

- c) Para "trocar" opiniões sobre a avaliação
- d) Quando o aluno tem problemas na escola
- e) Quando o aluno revela problemas familiares
- f) Quando a família solicita
- g) Quando outros profissionais os solicitam (médicos, Equipe de apoio/Orientador Educacional, etc.)
- h) Outra Qual: _____

12 - Quais informações você troca com os pais de seus alunos?

- a) Aprendizagem escolar do seu filho
- b) Comportamento na escola
- c) Orientações para ajuda nos trabalhos de casa
- d) Informações sobre outros profissionais (médicos, terapeutas, serviços complementares, psicólogos, fisioterapeutas, etc.)
- e) O tipo de trabalho que está sendo desenvolvido com o seu filho
- f) Tipos de atividades que o seu filho necessita para desenvolver em casa

13- Diante de sua experiência profissional, as atitudes dos pais de crianças com NEE em relação à escola e/ou ao professor diferenciam-se das atitudes de outros pais?

- a) Sim
- b) Não

Justifique sua resposta:

14- O nível sócio-económico-cultural dos pais condiciona o seu envolvimento na vida escolar dos filhos?

a) Sim

b) Não

15- A adequada relação entre escola/família promove o sucesso escolar de alunos com NEE?

a) Sim

b) Não

16- Como você classificaria a relação que mantém com os pais dos seus alunos com NEE?

a) Insuficiente

b) Suficiente

c) Boa

d) Muito Boa

Muito obrigado!

ROTEIRO DA ENTREVISTA

(Adaptado de CORREIA, 2011, p.157)

- a)** Dentro do núcleo familiar, qual é o membro que mais acompanha o desenvolvimento de uma criança com NEE?
- b)** Como encarregada de educação, participa nas aprendizagens do seu filho? Como?
- c)** Considera que a família se empenha na educação de crianças com NEE?
- d)** Como considera o processo de inclusão para uma criança com NEE?
- e)** Na sua opinião os alunos têm resposta adequada por parte da escola, tanto a nível de professores como materiais?
- f)** Normalmente para que tipo de atividades/tarefas o professor mais solicita os pais?
- g)** No geral sempre que os pais são solicitados à escola, comparecem?
- h)** A adequada relação entre escola/ família promove o sucesso escolar de alunos com NEE?
- i)** Em que medida?
- j)** Mantém uma boa relação com a escola do seu filho?
- k)** Mudaria alguma coisa nas escolas, para uma melhor resposta às crianças com NEE?